

Balança polícia-crime nos mercados ilegais antes e depois das facções em Maceió, Alagoas¹

Police-crime balance at illicit markets before and after “facções” in Maceio, Alagoas, Brazil

Balance policía-criminal y mercados ilegales antes y después de las facciones en Maceió, Alagoas

Fernando de Jesus Rodrigues²

Resumo

O objetivo é compreender a transformação de conflitos locais antes e depois da presença de facções nacionais, numa quebrada em Maceió, Alagoas. A partir de pesquisa etnográfica e uma abordagem figuracional, analiso a chegada de facções e uma nova divisão de poder. Argumento que balanças de forças como as de periferias urbanas de Maceió precisam levar em conta as lógicas de reprodução da precariedade de governos e mercados nas margens internas nacionais e regionais. Policiais de baixa patente e aliados de facção têm coproduzido normas, trocas e instabilidades na vida e na reputação das pessoas através de novas conexões marginais no Brasil.

Palavras-chave: Polícia; crime; facção; periferia urbana; mercado ilegal; Alagoas

¹ Este texto é fruto do apoio do CNPq e da FAPEAL, mediante dois projetos contemplados em editais: “A expansão das ‘facções’ e o novo ‘mundo do crime’ no Nordeste: os elos a partir de Alagoas” (Processo n. 3917920181) e “Conexões marginais: periferias, mercados ilegais e a expansão das facções criminais no Brasil” (Processo n. 2019041000071).

²² Integrante do INCT-INVIPS. Professor do instituto de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Coordenador do Grupo de Pesquisa Periferias, Afetos e Economias das Simbolizações (GRUPPAES).

Abstract

The aim is to understand the transformation of conflicts in a street corner in the city of Maceio, Alagoas, Brazil, before and after presence of national prison gangs. Based on ethnographic research and figurational approach, I explain how the arrival of these gangs shaped a new division of local power. I argue that balances of forces such as those need to consider the logic of reproducing precariousness through informal governance and trade in national and regional margins. Low-ranking police officers and faction allies have co-produced norms, exchanges and instabilities in people's lives and reputations through new marginal connections in Brazil.

Keywords: *Police; crime; prison gang; urban periphery; illegal market; Alagoas*

Resumen

*El objetivo es comprender la transformación de los conflictos locales antes y después de la presencia de facciones nacionales en una favela de Maceió, Alagoas. Con base en la investigación etnográfica y un enfoque **figuracional**, analizo el surgimiento de facciones y una nueva división del poder. Argumento que los equilibrios de poder, como los que se dan en las periferias urbanas de Maceió, deben considerar las lógicas que subyacen a la reproducción del gobierno y la inestabilidad del mercado dentro de los márgenes nacionales y regionales. Oficiales de policía de bajo rango y aliados de facciones han coproducido normas, intercambios e inestabilidad en la vida y la reputación de las personas a través de nuevas conexiones marginales en Brasil*

Palabras clave: *Policía; delito; periferia urbana; mercado ilegal; Alagoas*

Introdução

O Da frente do bar, onde estavam montadas caixas amplificadoras e um palco improvisado, ecoava o som de “Tenement Yard”, de Jacob Miller, música conhecida no circuito de discotecas de reggae em Maceió como “Melô de Gago”. Sob o abrigo de árvores, DJs manuseavam “pick ups” em uma tarde ensolarada e sem nuvens de novembro de 2017. Tratou-se de uma “festa do vinil” em uma região de Chã de Sururu³, um dos maiores bairros de Maceió.

Sentei-me em uma cadeira em torno de duas mesas de plástico, formando uma roda de umas 10 pessoas. Estava de costas para os DJs e para o palco, mas de frente para Janaílson, conhecido como Tubarão. No dia a dia, ele atuava como pedreiro. Em alguns momentos do mês, vendia músicas para DJs, como “coleccionador de reggae”. E em espaços e tempos menos visíveis, um matador.

Acima do peso, corpulento e falante, usava um molho de chaves preso ao passante da bermuda jeans. Vestia camisa polo com listras largas horizontais azuis e beges, de marca, e sandálias alpercatas, o que expunha seus pés inchados. A certa altura, fez gestos bruscos com as mãos quando falou a um conhecido da mesa, sem se importar com os desconhecidos: “vagabundo tem que quebrar mesmo... como aqueles garotões lá”, referindo-se a jovens de sua área. Entre um assunto e outro, tomou vodca pura em uma dose de meio copo que ele sacou de debaixo da mesa. Como veremos adiante, os jovens a que ele fez referência moravam na Grota⁴ da Estrela.

Eu fui convidado por Leão, produtor da festa, para participar de uma roda de conversa sobre reggae, junto de radialistas, DJs, produtores culturais, além de colecionadores como Tubarão. Havia uma tensão no ar porque o evento atraía pessoas conhecidas tanto de traficantes e ladrões, quanto de policiais. Os fiadores da paz eram os DJs, que realizavam festas eventualmente patrocinadas por ambos os grupos (Oliveira, Rodrigues, 2025). Este tipo de trama não era incomum, e estava na base de muitas ambivalências produtoras de homicídios em bairros de Maceió (Rodrigues, 2017).

Minutos depois, chegou um parceiro de Tubarão, também colecionador de reggae, sargento da polícia, reputado na roda como “bom de dedo”, termo usado para indicar um exímio atirador. Ele também era respeitado e temido como protetor e algoz de pessoas em Barradas, outro extenso bairro de Maceió.

Jersinho Roots, como era conhecido no mundo do reggae, cumprimentou conhecidos, fazendo questão de exibir sua namorada como um belo objeto que possuía. “Essa é Tâmara”, apresentou Jersinho. Em seguida, a mulher se sentou confiante em seu colo, performando a mulher desejada. “Estou me mudando de Barradas, com a minha gostosa”, disse ele, pouco se importando se causaria constrangimentos a ela diante dos amigos à mesa, mas sinalizando que era um relacionamento sério.

Após o casal se retirar, seguiram-se fofocas sobre antigos relacionamentos de Tâmara: ela teria tido relações com “caras de facção”. Houve receio entre integrantes da mesa de que Jersinho sofresse um atentado ou emboscada. Ela circulou nas falas como detendo uma beleza exuberante, mas vulgar. Também foi enunciada, a partir de falas misóginas, como um perigo à Jersinho, capaz de traí-lo e lhe “fazer uma cocó”⁵. Conversas a boca pequena

3 Por questões éticas, os nomes de pessoas, lugares e bairros são fantasiosos.

4 Grota é, simultaneamente, um fenômeno geológico e social que tem figurado lugares de moradia de populações rurais e urbanas marginalizadas, ao longo da história de Alagoas como uma unidade de governo subnacional. O nome indica baixadas de bordas íngremes cercadas de platôs – estes muitas vezes nomeados de chãs – que, desde os anos 80 do século XX, tornaram-se áreas de expansão de moradias populares autoconstruídas.

5 Emboscadas

faziam circular que em 2017 ele estava visado por “cabeças do crime”, então em ascensão e “correndo com facção”. Eles eram moradores da Grota da Estrela e tinham uma rivalidade de duas décadas e meia com policiais de baixa patente e matadores, moradores da Rua Santo Ambrósio.

Tentei mostrar naturalidade à mesa, mas sob tensão. As pessoas que eu conhecia na situação eram Leão e um dos DJs, mas estavam cuidando da produção da festa nas imediações do palco. Como viria a compreender, a mudança de residência de Jersinho esteve associada ao sentimento de insegurança de seus aliados, policiais e matadores da rua Santo Ambrósio, em relação aos seus rivais traficantes e ladrões da Grota da Estrela. Estes aumentaram sua coesão para combater policiais e matadores que dominavam a área desde os anos 1990. Os da Grota ampliaram o controle sobre o movimento de pessoas no território, com ações sobre a população local com base em uma ética e normas de *facção*.

Neste artigo, reconstruo a história deste conflito, analisando o processo de faccionalização de pontos de venda de drogas na passagem dos anos 2000 para os anos 2010. Parto de experiências de interlocutores que assinalaram, além da rivalidade entre moradores da Rua Santo Ambrósio e da Grota da Estrela, o acontecimento frequente de assassinatos na Rua da Esperança, uma zona intermediária, lugar de tiroteios e homicídios.

Analiso como a balança de poder no mercado de drogas em Maceió, entre policiais, matadores, traficantes e ladrões, tomou novas direções nos últimos 20 anos. Retorno ao tema da faccionalização de pontos de venda de drogas em cidades do Nordeste brasileiro, e à questão de como a presença de facções nacionais mudaram os controles sociais em periferias urbanas de cidades de Alagoas.

Com uma distância de quase uma década desde que pesquisadores e a opinião pública notaram a expansão das facções PCC e CV por todo o Brasil, (Candotti, Melo, Siqueira, 2017; Paiva, 2019; Amarante, Melo, 2020; Rodrigues, 2020; Rodrigues, Feltran, Zambon, 2023; Nascimento, Siqueira, 2022;) revisito uma pergunta: quais atores e práticas políticas e mercantis marcaram “o crime” e a regulação da violência antes e depois da presença de facções nacionais PCC e CV em periferias regionais do Brasil?

Elaboro algumas respostas com um enfoque não apenas centrado nas facções. Argumento que tramas em torno de policiais de baixa patente e aliados de facções nacionais (PCC e CV) estão na base de parcela importante da (des)regulação da violência e dos interesses em mercados ilegais em Alagoas. Tais grupos participaram de governos locais e negócios em bairros periféricos de Maceió, com diferentes histórias políticas e econômicas.

As buscas por paz e um pouco de estabilidade são marcadas por elos econômicos produtores de instabilidades e assassinatos, que atingem principalmente homens jovens pretos, como já bem conhecido. Suas mortes são o principal sinal de que estão situados nos lugares mais desfavoráveis na balança da desigualdade, urbana, racial, de gênero, de renda e étnico-regional (Daudelin; Ratton, 2018; Feltran et al, 2022) quanto às possibilidades de viver a vida por mais tempo.

Trata-se de economias de pequenas e médias escalas, disputadas por fraternidades criminais menores como grupos de extermínio ou de milicianos⁶, além de bondes, equipes, famílias, e ainda pequenas hordas de adolescentes, homens abandonados ou que perderam a família. Tais fraternidades menores podem ser situadas analiticamente em um espectro entre os polos de poder mais coesos nas lutas por espaço nos mercados do crack, maconha e cocaína nas periferias de Maceió e Alagoas: facções e coronelatos policiais.

Após esta introdução, trago uma nota metodológica e, em seguida, um diálogo com estudos sobre mercados ilegais em periferias urbanas. Nesta seção, conceituo coronelato

6 Em Alagoas, o termo miliciano é mais comum que milícia, no sentido carioca, indicando a importância de indivíduos específicos, sem demonstrações públicas de controle territorial armado.

como regime político e criminal. Posteriormente, discuto como se deram negociações e conflitos entre policiais, matadores, ladrões e traficantes, antes da faccionalização de pontos de venda de *nóia* (crack), maconha e cocaína. Por fim, analiso o momento após a chegada das facções. Destaco como a ideia de “correr com facção” entrelaçou-se à defesa de união entre traficantes e ladrões da Grota da Estrela, da Rua da Esperança e da Rua Santo Ambrósio, alterando a atuação de policiais e seus aliados na região, sob o regime político do coronelato. Ao final, sinalizo como esses conflitos ajudam a compreender os rumos contemporâneos da regulação de mercados ilegais e da violência nas periferias de Maceió e Alagoas.

Nota teórico-metodológica

Este artigo é fruto de pesquisa de campo de longa duração realizada em periferias de Maceió-AL e no sistema socioeducativo do estado de Alagoas entre os anos 2010 e 2019. Inicialmente, acompanhei interlocutores em circuitos de bailes de reggae e situações de apresentação de grupos de cultura popular e periférica. No desenvolvimento, interagi com garotos que atuaram no tráfico e no roubo em diferentes quebradas de Maceió. Isso me levou a pesquisas no sistema socioeducativo em Alagoas, onde entrevistei e conversei com adolescentes sob medida de internação, além de ter visitado alguns deles e suas famílias em suas casas, após o cumprimento de medida. Estas diferentes posições em campo me permitiram conhecer pessoas entremadas nos dois contextos, o da diversão popular e do crime.

Analiso a trama complementar e conflituosa entre policiais e matadores da Rua Santo Ambrósio e ladrões e traficantes da Grota da Estrela mediante eventos da vida de Dodinha e Kevinho. Suas trajetórias foram reconstruídas mediante entrevistas (Kaufmann, 2013; Lahire, 2014) com adolescentes e jovens cumprindo medida de internação no sistema socioeducativo, além de notas de campo e entrevistas feitas com atores do mundo do crime na Grota da Estrela e outras regiões periféricas de Maceió. A perspectiva sobre suas histórias centrou-se na sucessão de tramas afetivas de suas famílias e de seus envolvimento no “mundo do crime”, especialmente no tráfico, no roubo e em conflitos armados entre grupos criminais rivais. Conheci Kevinho e garotos de sua região no sistema socioeducativo de Alagoas.

Em campo, lidei com situações em que policiais de baixa patente e atores criminais faccionados apareciam como partes de uma mesma trama social, já analisadas anteriormente (Rodrigues, 2017; 2020). A ideia de trama (Birman, Fernandes, Pierobon, 2014) mostrou-se útil porque ajudou a captar a multiplicidade de vínculos conflituosos e complementares da atuação de adolescentes no tráfico e no roubo em contextos de rápida mutação. Alterações tanto no policiamento decorrente de políticas de segurança pública quanto nas alianças do crime faccionado impactaram acordos de negócios, de proteção ou vínculos comunitários de jovens no mundo do crime nas durações de um ano ou alguns meses. Assim, tramas interpessoais se transformaram abruptamente em um emaranhado de conflitos vividos como incerteza, desconfianças e traições (Machado, 2024), produzindo conflitos letais. A dificuldade em compreender tais ligações me fez colocá-las no centro do interesse por compreender conflitos letais nessas quebradas. Elas também serviram como pistas para compreender o funcionamento dos mercados ilegais em Alagoas e o mundo do crime antes da chegada das facções nacionais PCC e CV.

Neste texto, a maior parte de minhas interações se deu, de um lado, com jovens que ocupavam as posições mais mal remuneradas e de baixa reputação em mercados de drogas (Galdeano; Almeida, 2018) e, de outro, com intermediários culturais como DJs, donos de

casas de show, frequentadores, MCs que atuavam em um circuito de discotecas de reggae (Oliveira; Rodrigues, 2025).

“Regime político do crime” versus “governança criminal”

A relação entre regulação do poder e o funcionamento de mercados ilegais está no centro da abordagem de algumas das principais tradições de pesquisa sobre violência no Brasil (Misse, 2007; Machado da Silva, 2010; Telles, Hirata 2007) e na América Latina (Bergman, 2018; Barón, 2002). A depender da escala e da perspectiva de análise, termos foram mais utilizados que outros na apreensão da agência política de grupos criminais sobre territórios periféricos, abarcando mais ou menos dimensões dessa agência.

O termo “governança criminal” (Criminal Governance) tem sido utilizado em estreita relação com a ideia de “crime organizado” para apreender a regulação de diferentes conflitos: entre aliados sob uma mesma bandeira⁷ criminal, entre membros da família (violência doméstica), entre jovens que roubam e furtam, e moradores de um território, entre apoiadores e combatentes de um candidato que busca votos em um bairro ou região da cidade etc. (Matalon, Franco-Vivanco, Melo, 2020; Lessing, 2021).

Nessa linhagem, o conceito enfatiza as agências como opostas ao estado, ainda que tenham este como pressuposto, uma vez que a “governança criminal” é feita tendo como condição as fronteiras entre o legal e o ilegal, estabelecidas pelo estado. Tal perspectiva se aproxima mais daqueles dos atores do sistema de justiça e da política de segurança pública (Muniz; Dias, 2022), uma vez que o estado é visto como eixo normativo contra o qual se posiciona o crime. Em suma, “governança criminal” e “crime organizado” representam um polo oposto ao poder de estado, ainda que um polo possa retroalimentar o outro, como expressa na ideia de duopólio (Lessing, 2025).

Há também uma tradição de estudos que nomeia práticas de grupos criminais (Feltran, 2020) realçando seus sentidos políticos, e nela a oposição estado *versus* crime é construída também levando em conta o horizonte de quem vive dos negócios criminais. Entre estes, as normas seguem pontos de referência da fraternidade criminal que pretende controle sobre o território, incluindo aquelas formadas por agentes do estado, que tensiona e convive com aquelas do estado legal, além de outros pontos de referência moral, como a família. Assim, a oposição entre crime e estado é encarada mediante diferentes posições entrelaçadas, concorrentes e complementares na qual o crime também se posiciona como referência moral e reguladora das relações locais, mesmo quando o “crime” também é “estado”. A perspectiva da segurança pública e dos atores do sistema de justiça seria apenas uma das perspectivas sobre os conflitos entre “políticas de regulação” sobre mercados altamente criminalizados. No cotidiano de quebradas e periferias, a produção de sentidos de sobrevivência, trabalho e violência também gravitam em torno do polo político em torno de “fraternidades e grupos criminais”. Nesses estudos, a multiplicidade de perspectivas políticas e normativas sobre esses mercados está embutida em conceitos como regimes políticos e normativos, domínios armados, práticas de controle etc., indicando que a demarcação do legal e do ilegal está cotidianamente em disputa agonística.

O foco na multipolaridade das referências normativas que molda a política e o mercado no território tende a realçar o olhar para a sujeição de relações entre traficantes, ladrões, policiais, facções, milícias e outras fraternidades de policiais a múltiplas e conflituosas

⁷ Bandeira é um termo rotineiro entre os aliados faccionais para sinalizar aliança sob uma mesma facção ou ruptura com a aliança, quando se usa o termo “rasgar a bandeira”.

práticas de regulação (Hirata; Grillo, 2017; Feltran; Fromm, 2020; Rodrigues; Andrade; Farias, 2025).

Nesse sentido, os estudos brasileiros publicados dos anos 90 focaram nas disputas mercantis e territoriais expressas pelos “Comandos” no Rio de Janeiro, em torno do tráfico de drogas. Nos anos 2000, destacaram a importância de um novo ator coletivo, o PCC, e a ideia de facção, incluindo seu papel na regulação de homicídios entre atores de mercados altamente criminalizados em São Paulo nos anos 2000 (Alvarez et al., 2013; Biondi, 2010; Dias, 2011; Feltran, 2012; Marques, 2010; Biderman et al., 2019). Atualmente, o PCC se notabiliza pela circulação e acúmulo de riqueza que produz mediante cadeias globais de valor (Feltran, 2022).

Assim, a “facção” deixou de ser um fenômeno atrelado às singularidades mega metropolitanas paulista e carioca (os conflitos entre comandos serão retraduzidos como faccionais). O PCC, o CV foram notados em diferentes regiões do país através de massacres perpetrados em batalhas prisionais entre grupos faccionados e não faccionados, a partir de 2016 (Manso; Dias, 2018; Candotti; Cunha; Siqueira, 2017; Melo; Paiva, 2021; Paiva, 2019; Rodrigues, 2020a).

Desde então, uma nova agenda de pesquisa foi aberta: compreender como as facções se espalharam por diferentes regiões do Brasil, da América do Sul, e de outras partes do mundo. Não apenas a facção ganhou importância nesta agenda, mas, principalmente, a expansão do PCC. A crescente visibilidade do tema chamou a atenção para os conflitos letais em mercados ilegais de periferias de capitais regionais, além de pequenas e médias cidades, incluindo as regiões de fronteira (Rodrigues, Feltran, Zambon, 2022).

Entretanto, a busca por compreender a expansão do PCC e a reprodução de suas lógicas, acabou sombreando o interesse por outros atores criminais. À exceção do Rio de Janeiro, onde as investigações sobre as milícias ganharam grande importância (Zaluar, Conceição, 2007; Cano, Duarte, 2012), em outras regiões tiveram pouca atenção os integrantes de forças de segurança estatais que agem como grupos criminais produtores de políticas e mercados ilegais. Tais grupos mostraram-se fundamentais na ampliação da interconexão entre mercados ilegais situados nos pequenos, nos médios e grandes municípios Brasil adentro.

Coronelato como regime político

O esforço por compreender o que mudou na relação entre mercados ilegais e cursos de homicídios em Maceió e Alagoas, após a chegada das facções nacionais CV e PCC, levou-me a pergunta sobre o mundo do crime antes delas. Uma das descobertas foi o papel de policiais de baixa patente no centro de fraternidades criminais que atuavam como grupos armados que operavam mercados ilegais nas periferias da capital e do interior do estado. Desde a plantação e comércio de maconha, passando por roubo de carga e sua revenda, incluindo melão de cana e combustíveis, além do roubo e comércio de veículos e armas, estes últimos entrelaçados a esquemas nas fronteiras com a Bolívia e o Paraguai.

Diferente das redes de proteção faccionais, que tiveram suas origens na busca por justiça e igualdade nas prisões, tais fraternidades tinham como redes de proteção relações hierárquicas herdadas do coronelismo rural (Leal, 2012) como regime político. De um lado, policiais de baixa patente da polícia militar - soldados, sargentos e cabos - e matadores-jagunços controlavam mercados, além da vida e a morte em regiões periféricas e criminalizadas. De outro, eles obtinham proteção de famílias políticas que ocupavam posições mais altas na escala social, fazendeiros, usineiros, prefeitos, vereadores, deputados

estaduais, além de policiais civis (de origem social mais abastada) e juízes, em troca de serviços de proteção, extorsão e pistolagem para eles.

O que nomeio de coronelato é um regime político que favoreceu a atuação de fraternidades policiais em mercados ilegais de diferentes bens com fundamento na vassalagem desses grupos (“os xumbetas”) a famílias político-eleitorais. O fato de estas controlarem cargos estatais de prefeituras e do governo estadual, favoreceu o controle de mercados regulados e induzidos por aparatos estatais das menores e mais centrífugas unidades da federação, o município.

As fraternidades de policiais ancoravam parte de seu poder em territórios periféricos, em alianças de proteção com famílias políticas, decorrentes das oportunidades de poder associados aos cargos de estado e proteção judicial, em retribuição à vassalagem política a esses grupos. Sob esse regime, se produziram “homens fortes” em territórios de periferias, onde tinham poder de vida e de morte, além de regulação de alguns negócios. A máfia do melaço, a gangue fardada, além de grupos de extermínio como o liderado Tulipa Negra no início dos anos 1980, são expressões da atuação dessas fraternidades criminais. Elas contavam com a proteção de famílias políticas que coordenavam o coronelato sobre os votos e as oportunidades econômicas disponível para a população mais pobre e vulnerável ao assédio e à vassalagem eleitoral.

No caso de Maceió, tenho chamado a atenção para a necessidade de pesquisar dois fenômenos de maneira interrelacionada. De um lado, a expansão das facções nacionais PCC e CV. De outro, os policiais de baixa patente e lideranças sindicais “jagunças”, fortemente vinculadas a patrões na formação de fraternidades e mercados criminais. O papel desses atores na regulação das reputações e da violência em bairros populares mantém relação com a mutação do regime político do coronelismo em coronelato (Rodrigues, Andrade, Farias, 2025; Rodrigues, 2025; Farias, Rodrigues, Andrade, 2025).

O conflito entre os regimes políticos das facções e dos coronelatos reproduzem instabilidades políticas e econômicas, típicas de circuitos inferiores da economia, conectadas nacional e internacionalmente. Nos circuitos superiores (Santos, 2004) onde se situam os bancos, as financeiras, além de grandes empreendimentos, a ocorrência de mortes é muito menor que naquelas atividades do circuito inferior, como os transportes por aplicativo, em ônibus clandestinos, além das vendas de drogas no varejo e outras. Nos circuitos inferiores, as atividades econômicas estão mais sujeitas a regulações pouco estáveis estabelecidas por grupos armados. Diferentes regulações estatais – municipais, estaduais e federais – entram em conflito com a agência de fraternidades criminais de policiais e redes faccionais que disputam o poder sobre mercados locais.

Assim, a expansão de aliados de facções nacionais nos governos e mercados em territórios de periferias urbanas de Maceió, durante os anos 2010, deu-se sob forte dependência mútua, altamente conflituosa, mas também complementar, com traficantes, ladrões, matadores e policiais de baixa patente.

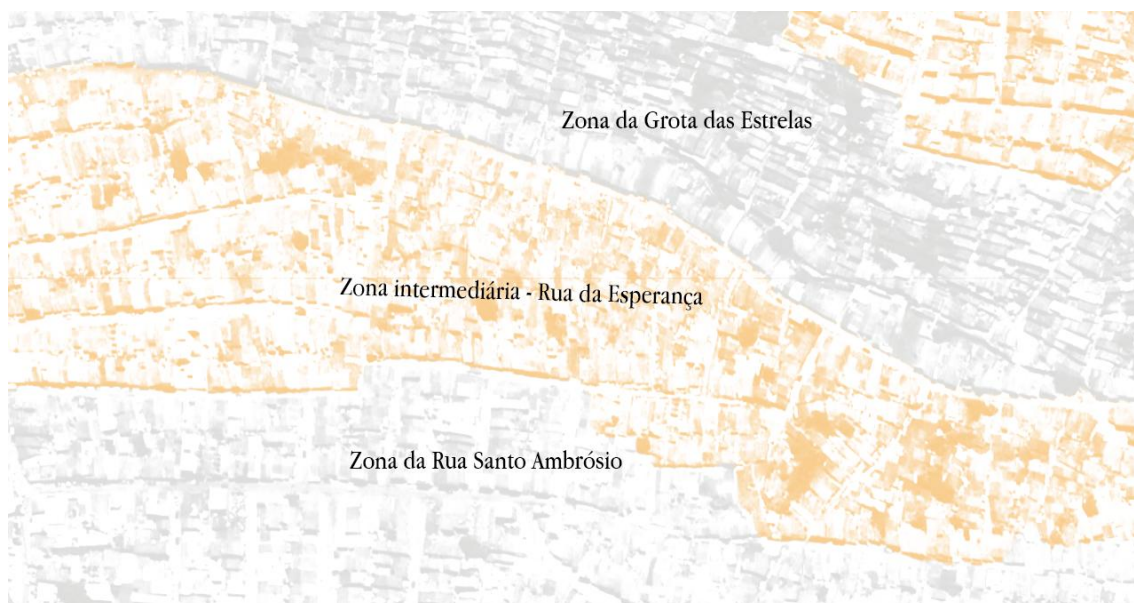
A trama e a zona do conflito

Por volta de 2014, ladrões e traficantes da Grota da Estrela e da Rua da Esperança passaram a mais enfaticamente pregar união entre si, em oposição às lideranças policiais-criminais da Rua Santo Ambrósio. A proposta de união estava atrelada às seguintes ideias: 1. não se pode matar por qualquer coisa, 2. “cabuêta”⁸ (delator) tem de ser cobrado (punido), e 3. uma divergência ou acusação precisa ser avaliada considerando a “caminhada” da pessoa.

8 Corruptela da palavra cagueta.

Todas essas ideias foram disseminadas através de novas alianças-PCC, construídas na prisão entre lideranças criminais da quebrada e lideranças prisionais-PCC de outras regiões do país.

A faccionalização do tráfico e do roubo (Rodrigues, 2020a) – seja através de alianças PCC, CV ou dos recentemente autodenominados Neutros (Rodrigues, 2022) – repercutiu no aumento do controle das mortes entre traficantes e ladrões em Maceió (Feltran et al., 2022, Rodrigues, 2025). Isso, no entanto, não resultou num tipo de equilíbrio de forças onde um grupo em particular impôs um regime normativo homogêneo sobre a cidade, propiciando relações estáveis com policiais através do “acerto”. Entre 2011 e 2020, Maceió conheceu uma redução importante das taxas de homicídios, mas ainda assim continuou a figurar entre as capitais mais violentas do país. Como então compreender a redução consistente de homicídios, mas, ao mesmo tempo, a manutenção dos altos patamares dessas taxas, se comparadas a outras capitais?



Fonte: Google Maps

“Antes” ou o coronelato de policiais: a trama Jersinho, Barnei e Dodinha

Maio de 2010, 22:30. Jersinho e Getúlio – Sargentos – Luan e Cleidson – soldados – fizeram ronda dentro de uma viatura descaracterizada – uma Parati 2005 quatro portas, em áreas próximas ao aterro sanitário da cidade. Eles receberam a informação – de *considerados* seus que atuavam no tráfico, em Barradas, que havia chegado mercadoria – crack e maconha – em duas regiões vizinhas, Alto do Jó e Favela da Imprensa. As drogas vendidas ali eram fornecidas por aliados do Comando Vermelho, rede que também ficou conhecida pela disseminação do crack em Maceió, a partir de 2005. As mercadorias chegaram até os pontos de venda dentro das favelas sob as vistas grossas de policiais da região. Jersinho e Getúlio sabiam quem eram, mas não tinham proximidade com eles porque eram de outro batalhão.

Correu muito dinheiro na Favela da Imprensa, um dos maiores fluxos da cidade há época, mas a dupla também conhecia suas ruas labirínticas e estreitas. Eles apenas entrariam se contassem com o apoio de policiais de batalhões especiais, com mais guarnições no apoio. Tratava-se de um dos poucos lugares da cidade onde a polícia tinha dificuldade para entrar. Assim, de ronda, eles preferiram fazer uma investida em Alto do Jó. Sabiam ondem ficavam

duas bocas e a movimentação dos homens na quebrada. Não havia crianças ou adolescentes tomando conta dos negócios como atualmente, mas jovens e adultos entre 18 e 40 anos, entre diferentes posições no tráfico – olheiros, vapores, homens de frente (o braço direito do patrão) e o patrão – que costumava morar em regiões de fronteira da favela, longe da abordagem fácil dos policiais.

Esperaram, circulando por bairros vizinhos, a hora com menos movimento. Pararam o carro e desceram do veículo rapidamente. Correram por uma rua, gritando e apontando as armas para cinco homens que não fizeram gestos bruscos. Viraram-se contra a parede, conformando-se com a abordagem, sob ameaça.

Iniciou-se tanto uma performance de autoridade quanto um ritual sádico de humilhação, algo repetidamente descrito por jovens com quem conversei dentro e fora de unidades de internação. Chutes nos pés e joelhos para que afastassem as pernas e se agachassem. Exigiam que dissessem onde estava a droga. Um dos soldados abriu a mão e espalmou o rosto do jovem traficante que retrucou: “não sei não, senhor”. Um dos homens encostados na parede, após “tapa na cara”, “socos nos rins” e “beijo no parceiro”, indicou o lugar na casa onde estava a droga. Iniciou-se um novo diálogo. O homem de frente negociava para não ser levado à delegacia. Os policiais o colocaram na viatura, circularam com ele por bairros vizinhos, negociando o preço de sua soltura. Ele acionou um parceiro da boca de fumo, por telefone, para buscar um dinheiro guardado na casa de um *considerado* na favela e levar na esquina da rua onde os policiais mantiveram o jovem traficante sob ameaça. Ele não quis acionar o patrão, e torná-lo alvo de possíveis extorsões de policiais e, principalmente, ele próprio ser alvo de punições perpetradas por traficantes em posições mais altas. Pegaram o dinheiro e o libertaram. Em seguida, seguiram de volta para o bairro de seu batalhão, o mesmo onde moravam. Deixaram a viatura e, no carro de Getúlio, voltaram para suas casas, em Barradas.

No dia seguinte, Getúlio e Jersinho procuraram por um “considerado” que atuava no tráfico em sua área: Barnei. “Faz dinheiro aí pra nós”, sinalizaram os policiais, entregando porções de maconha prensada do Paraguai. O PCC vinha promovendo essa “novidade” no mercado, em pequenos tabletes embalados, também disseminados agora pelo CV. Barnei tinha negócios com policiais. Ademais, também renegociava armas usadas que recebia deles, trocando-as por dinheiro, inclusive, com ladrões da Grota, mediante intermediários, e em consignação (Rodrigues, 2019). Ele também passava informações para os policiais sobre biqueiras na área da Grota (a quebrada tinha muitos negócios-PCC, sem que houvesse hegemonia da disciplina-PCC, algo que apenas naquele momento começava a ganhar importância nos conflitos).

As tramas que os entrelaçavam impedia o poder absoluto de qualquer grupo que compunha essa rede de interdependência: policiais, matadores, ladrões e traficantes, além dos considerados. Qualquer um desses grupos não podia controlar de modo dominante a circulação de drogas, dinheiro ou armas no território. Tal limitação também colocava barreiras ao controle sobre as alianças entre os envolvidos no mundo do crime, ainda que os grupos em torno dos policiais se mostrassem os mais poderosos.

Barnei era um morador da Rua da Esperança, situada na região entre a Grota da Estrela e a Rua Santo Ambrósio. A região era considerada por moradores como altamente conflituosa. Ele era traficante, de armas e de drogas, um considerado dos policiais que moravam na Rua Santo Ambrósio. Fazia outros bicos também. Eventualmente, entretanto, via oportunidades de parceria com ladrões tanto nas Ruas quanto na Grota, redes de pessoas que, entre si, mantinham diferenças agudas, ao ponto de vez ou outra terem trocado tiros, redundando em mortes uns pelos outros nesse território. Ele ficava na intersecção entre lideranças policiais-criminais da Rua e traficantes-criminalizados na Grota.

De vez em quando, ainda, Barnei mantinha sociabilidades de diversão em torno do reggae e da roda de fumo com ladrões da área intermediária entre a Rua e a Grota que, do ponto de vista dos policiais da Rua, eram “vagabundos”. Os traficantes da Grota por sua vez, sabiam dos negócios de Barnei com Jersinho e Tubarão. Estes sabiam, da mesma forma, das relações de Barnei com os “vagabundos”. Inclusive, eles eram eventuais consumidores de drogas e armas que os policiais desviavam.

Os grupos, por isso, precisavam segurar o impulso atrelado a ansiedade de sofrerem uma traição. Isso reverberava nas casas dos familiares desses jovens, onde se respirava uma atmosfera de tristeza difusa. Ouvi algumas vezes mães e pais de jovens assassinados falarem dessa sensação premonitória: “Eu sentia uma tristeza e um aperto no peito, parecendo que sabia o que ia acontecer”; “Ele saiu assim, me deu um beijo no rosto, eu vinha falando com ele: ‘meu filho, saia disso’, ele saiu assim, e com quinze minutos, ouvi os tiros daqui. “Eu pressentia que ia acontecer.”, relatou-me uma tia que teve um sobrinho assassinado por um “parceiro”.

Precisando ganhar a vida, Barnei ficou com a droga oferecida pelos policiais, adquirindo, ao mesmo tempo, uma dívida com eles. Tinha de repassar 60% do valor do produto mesmo que fosse ele, Barnei, quem tivesse os contatos de pequenos traficantes que vendiam aos consumidores.

Das mãos de Jersinho e Getúlio para as de Barnei, a maconha mudou de status. De produto ilegal apreendido, a maconha recuperou seu status de mercadoria, a baixo custo monetário, mas com alto dispêndio de uso da força. Para o circuito funcionar para os policiais, Barnei tinha de circular a mercadoria pela sua rede de pequenos traficantes. Não se tratava de amigos ou familiares, ainda que eles pudessem participar de sua rede de negócios pela proximidade e consideração. Como um grande sacoleiro de roupas, ele fez circular a notícia de que tinha mercadoria e, assim, apareceriam jovens homens interessados em fazer dinheiro, revendendo o produto.

A estratificação social na região da *Rua* e da *Grota* expressava-se nitidamente na origem social dos revendedores e em como e onde a mercadoria circulava pelas bocas e biqueiras. Os “garotões” da Rua da Esperança entre a Rua Santo Ambrósio e a Grota da Estrela, tendiam a vir com dinheiro vivo para pagar o preço inteiro de Barnei, sem consignação: 30 reais por 100g. Os jovens da Rua da Esperança vinham de famílias que tinham renda maior que os da Grota da Estrela. Assim, eles tinham maior margem para negociarem seus preços finais sem os custos e riscos econômicos e mentais de antecipar a mercadoria para pagar depois. O não-pagamento geraria uma cobrança letal. No caso, Barnei acionaria a rede de matadores de Getúlio e Jersinho, que incluía Tubarão.

Da Grota vinham os homens mais pobres, mais pretos, mais premidos por pressões de diferentes ordens, que desejariam e aceitariam vender o produto em consignação. Diferente da maioria das vendas para a Rua da Esperança, a maioria das vendas para a Grota eram consignadas, dependendo mais do valor no varejo. Será da negociação com preço final entre 70 e 80 reais por 100g que será aplicada a proporção de 60% pra Barnei e 40 para os pequenos traficantes, podendo chegar a uma divisão meio à meio, se a pessoa fosse confiável. Foi o caso de Dodinha, revivido aqui a partir de memórias de interlocutores, mas particularmente de seu primo mais novo, Kevinho.

Dodinha tinha 21 anos quando pegou 1000 reais em drogas na mão de Barnei. Apostava sair da situação de extrema pobreza, mas também queria ter um valor entre os outros jovens da quebrada. Via os mais velhos que traficavam andando com motos e diferentes mulheres em suas garupas. Foi indicado a Barnei por outro comprador, Vicente do Passarinho: “o rapaz é correto, e está passando aperto, vai pagar”.

Dodinha iniciou seu “corre” na parte de baixo da Grota, mais perto de residências da classe média. Estava vendendo bem a mercadoria na primeira semana, e recebeu uma informação de que poderia vender ainda mais na quebrada de um parceiro em um bairro vizinho. Planejou pagar corretamente a Barnei e ganhar o seu. Parecia que tudo correria bem nos dias seguintes, até acontecer uma batida do BOPE, justificada em jornais e processos penais como fruto de uma denúncia anônima, algo que costuma significar um informante na quebrada. Ele conseguiu fugir, mas perdeu a mercadoria e parte do dinheiro das vendas.

Dodinha sentiu o desespero, não tinha quem o ajudasse a levantar o dinheiro, situação diferente de outros jovens, de quem ouvi terem recebido ajuda para se “levantarem novamente”, mobilizando amigos e familiares. Barnei já mandava recado, cobrando o valor a Dodinha, que relatou o ocorrido, mas sabia que isso não lhe ajudaria muito, a não ser a concessão de mais alguns dias para pagar. Sem ter como levantar o valor, tentou assaltos na via principal do bairro e em grotas vizinhas, além de ter invadido casas e furtado bens. Mulheres casadas e solteiras, muitas delas com filhos, reclamaram, apavoradas. As mulheres da Grota comunicaram para o tráfico local; as que tinham negócios nas vias principais ou em ruas adjacentes, foram pedir ajuda aos policiais. Dodinha apenas havia levantado parte do dinheiro e foi ficando rapidamente mal-visto por Barnei e os policiais. Ademais, ele ficou intensamente visado pelo tráfico da grota vizinha, atento para a presença de jovens “de fora” que estavam roubando.

A ansiedade e o desespero para fugir da cobrança de Barnei mas, especialmente, dos policiais e seus aliados, impulsionaram suas tentativas de roubo na Grota do Curral. Dodinha acabou morto por um *garotão* do tráfico de lá.

Já a droga apreendida de Dodinha, passada nas mãos de Barnei, Getúlio e Jersinho, tomada dos jovens do Alto de Jó, não se sabe o paradeiro. Se ela reentrou no circuito econômico, com policiais que negociavam drogas, ou se saiu dele, com policiais que cumpriam a lei.

O “Depois” e a política das facções: a trama Kevinho, Tubarão e Adriano

Kevinho me relatou parcela das histórias aqui reconstruídas dentro de uma unidade de internação. Nessa *passagem pelo sistema*, ele havia sido preso por roubo, o mesmo ato que estaria nas relações que culminaram com a morte de seu primo.

Sendo 7 anos mais novo, Kevinho o tinha como um irmão mais velho, que brincava de ximbra (gude), comprava geladinho na casa de Dona Valdete, e até o levava para jogar uma pelada no campo de futebol. Kevinho experimentou o luto por Dodinha como perda de um parceiro-irmão-querido e como um evento que merecia vingança contra um inimigo. Se não fosse pelas mãos do “garotão traficante” da Grota do Curral, talvez Dodinha fosse assassinado pela rede de Getúlio e Jersinho, aliado de Barnei. Provavelmente Tubarão, o matador, fosse o algoz.

Ainda ao lembrar a morte de Dodinha, ele mencionou, para meu espanto, que ele cumpria medida no mesmo alojamento que Adriano, algoz de seu primo e amigo. Adriano e Kevinho vinham de famílias que moravam em grotas diferentes, mas vizinhas, repletas de grupos em conflitos entre si. Meu espanto vinha de eu acompanhar o sistema de internação de Alagoas desde 2012 (Rodrigues, 2017), portanto, de antes da faccionalização dos conflitos nas cadeias alagoanas. Naquele momento, seria improvável que os dois compartilhassem um mesmo alojamento.

Sua fala situou um ponto de virada histórico nos conflitos e nas maneiras de lidar entre policiais, traficantes e ladrões da Grota e das Ruas, mas também entre aqueles de Grotas distintas e próximas:

Kevinho: Quando mataram meu primo na Grota do Curral, eu tava com 14 anos. O bicho que matou ele tá hoje aí mais eu, mas sussegado.

Fernando: mas você ainda quer resolver essa questão?

Kevinho: Quero não, na rua nós se vê.

Fernando: Mas lá fora você resolveria a questão?

Kevinho: Não sei... Depende de meu instinto, hoje tá tudo sussegado, sei não.

Fernando: Aqui dentro tem a ver com o PCC?

Kevinho: Tem... Aqui dentro seu pior inimigo vira seu igual, aqui dentro. Seu pior inimigo da rua vira seu irmão aqui dentro. Por que antes, em 2014, era a lei do mais forte, ômi. Se você fosse mais forte de que eu você já podia sentar o pau em mim. Hoje em dia não tem isso mais não, quem manda nas cadeia é o Primeiro Comando, o PCC. Aqui seu pior inimigo da rua vira seu maior irmão na cadeia. Pega na mão, come no mesmo prato, come com a mesma colher.

Fernando: Chega a conversar?

Kevinho: Chega, tranquilo... Ele dorme mais eu e tudo. [...] Ele tocou no assunto, mas eu deixei sussegado. Eu não quero papo mais sobre isso não, eu deixei passar. [...] Dentro da cadeia a pessoa não resolve não, só no mundão mesmo.

Fernando: Então isso não tá resolvido.

Kevinho: Tá não...

Fernando: você acha que é legal o PCC colocar assim, uma espécie de ordem?

Kevinho: Eu acho que é legal, é ruim o cara ficar com treta um com o outro na cadeia, que se tiver treta um com outro ninguém vai dormir confiante, dentro de um alojamento daquele, inseguro, tem que dormir com olho aberto e outro fechado. [...] Lá fora também tá unido. Hoje em dia tá tudo unido. Meus primo da “grota” descem e sobem “a rua” e os caras não mexem mais não. Antes você nem podia subir que os cara mexia, mas agora não mexem mais não. Agora tá tranquilo, a pessoa desce e sobe e ninguém mexe mais não.

Fernando: Você se aproximou da facção aqui dentro ou lá fora?

Kevinho: Aqui dentro.

Em sua fala, fica evidente as experiências de aliança entre pessoas com histórias de conflito anterior e o ensinamento de se conduzir a partir de relações horizontais. No caso da quebrada de Kevinho, o ano de 2014 marca uma alteração na organização do tráfico. Reduziu-se a fragmentação das competições por pontos de venda, refreando ainda mais as mortes que começaram a declinar consistentemente desde 2011 em Maceió. Esta mudança ganha nitidez na trajetória familiar de Kevinho. Isso inclui as lutas e envolvimento afetivos de sua mãe e irmão, que passaram uma parte de suas vidas, antes de Kevinho nascer, em uma casa situada na Rua da Esperança, a zona intermediária mais conflituosa.

A mãe de Kevinho nasceu em uma cidade do agreste alagoano e, como muitos migrantes do interior de Alagoas, chegou a Maceió no final dos anos 90, em busca de oportunidades de vida e trabalho. Quando a mãe de Kevinho foi morar na Rua da Esperança, o poder de regular atividades econômicas, incluindo as informais e ilegais – como o tráfico de drogas, o comércio de armas de fogo em consignação, disputas por terrenos urbanos – estava concentrado nas mãos de lideranças da Rua Santo Ambrósio. Estas, como mostrei, estavam fortemente associadas aos policiais de baixa patente, como Jersinho Roots e Getúlio.

A mãe de Kevinho conheceu e foi morar junto com um traficante e usuário de drogas. Ele era o pai biológico de Kevinho e um considerado dos policiais, que derrubava o serviço (vigia e informava) para os policiais que moravam na rua. Ele confraternizava com os

policiais da Rua Santo Ambrósio em situações de diversão como bares e discotecas de reggae e assim reforçava vínculos de amizade e parcerias. Entretanto, tais relações não estavam livres das dinâmicas de duplo vínculo de confiança e desconfiança como as que identifiquei em outras situações (Rodrigues, 2019, 2020b). O pai de Kevinho consumiu todo tipo de droga: álcool, maconha, cocaína e crack. Ele desaguou rotineiramente sua agressividade em direção à companhia, na forma de socos, murros e chutes e, assim, tiveram dois filhos.

Kevinho é o segundo rebento, e quando tinha seis anos, sua mãe decidiu que não era mais possível suportar as violências. Coincidente com a trajetória de muitas famílias de garotos internos que entrevistei, sua mãe mudou-se para uma casa alugada na grota, deixando a casa e o ex-companheiro na Rua da Esperança. Levou os dois filhos consigo em 2002, momento em que a Grota tinha poucos traços de urbanização. Muitas casas eram de taipa, mas com aluguéis informais e mais baratos. Ademais, enfrentaram a grave recessão que afetou mais intensamente o Nordeste no final do segundo governo FHC, associado ao racionamento de energia (o apagão) e a retração da atividade econômica, expressa na redução do PIB. Um dos índices mais agudos da escassez que viveram era a busca por gravetos e galhos caídos no fundo da grota para usarem em fogões à lenha. Não tinham condições de usar botijão de gás.

O novo cotidiano familiar fez com que a mãe tivesse de trabalhar regularmente fora de casa como empregada doméstica e lavadeira, contando com o trabalho do irmão mais velho de Kevinho, Cícero. Ele esfregava as roupas para ajudá-la, ficando também com responsabilidades de casa, como cuidar de seu irmão mais novo. Ainda pequeno, não podendo acompanhar a mãe no trabalho, e sem trabalhar, Kevinho foi colocado em uma creche, que frequentou dos 6 aos 9 anos, passando longos períodos com crianças da Grota sem a atenção de adultos. Com 8 anos, furtou uma papelaria no bairro. O proprietário apanhou o menino, deu-lhe murros e palmadas, levando-o para casa, onde tomou outro “birro”⁹ da mãe. O dono da pequena loja ameaçou levá-lo ao conselho tutelar, mas sem fazê-lo. Aos 10 anos, ingressa na escola e, com os colegas, envolve-se em algo maior: assalto a mão armada.

O envolvimento pareceu com um tipo de relacionamento recorrente entre crianças, adolescentes e adultos homens, nas escolas ou em quebradas, governado pelo ideal de “ser-cabra-homem” em oposição a ser “criança” (Drybread, 2014; Lyra, 2013). A maneira como muitos meninos moldaram entre si seus valores na escola esteve estreitamente relacionado às linguagens de afronta e humilhação viris. Elas se associaram às formas de admiração e afeição entre os mais jovens e mais velhos, formando dependências intergeracionais sadomasoquistas nas alianças e nos conflitos entre elas. Tratou-se e ainda se trata de alianças hierárquicas entre homens de idades diferentes, entre 5 e 10 anos de diferença, horizontalizadas, muitas vezes, quando abandonam ou são expulsos de suas casas para morarem em “repúblicas de parceiros” (cf. Galdeano; Almeida, 2018; Lyra, 2013; Rodrigues; Amorim, 2022).

Na entrevista, Kevinho ora afirma não ter lembranças do pai, ora afirma que ele chegava drogado em casa, valendo-se de violência contra a mãe. Seu pai foi referido como alguém que ele viu na rua, apontado e comentado em fofocas repassadas por conhecidos da Grota, nunca como alguém próximo (“eu não conheci meu pai”; “ele chegava drogado em casa umas 2 horas da manhã e já saía às 4”; “eu via ele lá (no bairro) mas não tinha intimidade com ele não”).

É difícil compreender o julgamento de Kevinho sobre o pai sem levar em conta a transmissão de fofocas através das redes de Kevinho e amigos masculinos entre pessoas

9 Surra

mais velhas e mais novas, da Grota, mas também do vínculo filial que o ligava à perspectiva da mãe, que experimentou sofrimentos de diferentes tipos com tal relação. Ela teria se esforçado para apartar-se do passado com o antigo companheiro da Rua. Kevinho afirmou ter raiva do pai porque batia na mãe, mas parece nunca ter visto tais cenas, ainda que pareça ter vivido a enunciação repetida de tais eventos pela mãe e o irmão.

Se, de um lado, o irmão de Kevinho viveu sua infância na rua, compartilhando mais proximamente o sofrimento da mãe, Kevinho experimentou mais intensamente a vivência com os *da grota*, especialmente com garotos e cuidadoras em uma creche, mas também vizinhas, experimentando uma distância indesejada com a mãe e a ausência de um pai mal falado e malvisto na Grota. Era um garoto que se sentia da Grota (“eu morei nos dois lugares – na Rua e na Grota – mas me sinto muito mais da Grota”) o que significava estar proximamente ligado aos pequenos ladrões e traficantes locais, formando alianças bastante instáveis, mas nutrindo fortes e sólidas rivalidades com os da Rua.

Entre os 5 e 9 anos, o tempo livre foi preenchido com jogar bola, frequentar lan houses e dançar swingueira (axé), participando de um grupo que se apresentava de graça em festas de aniversário. Mais tarde, conheceram uma melhoria nas condições de vida (“quando eu pensei em começar a lavar roupa igual a meu irmão, minha mãe comprou uma máquina de lavar, isso quando eu tinha 15 anos, eu já tava envolvido”). Quando criança, até os 9 anos, ficava mais dentro de casa, junto com o irmão, pois na rua em que morava havia trocas de tiros com frequência.

Além das rivalidades individuais, estava em curso o movimento de disputas por bocas de fumo e biqueiras que entrelaçava os da Rua, liderados por policiais como Getúlio e Jersinho, e os da Grota. O processo começou a dar sinais de alterações na balança de poder em favor aos da Grota a partir de 2009, quando as investidas de lideranças faccionais para assegurar a distribuição dos pontos de venda da região favoreceu inicialmente um arrefecimento dos conflitos entre diferentes grupos na Grota, mas uma intensificação de enfrentamentos armados entre os da Rua e os da Grota.

A partir dos 10 anos, Kevinho começou a roubar, valendo-se da arma para intimidar as vítimas. Com 14 anos acontece sua primeira grande perda: seu primo Dodinha é morto. Sua morte teria desencadeado um “instinto de vingança”, assim ele enunciou, aprofundando seus laços com o tráfico, visto como uma fonte de dinheiro, mas especialmente de armas e proteção. Passou a se envolver mais diretamente nas batalhas locais, entre os da Rua e os da Grota, atuando para traficantes, ajudando a quebrar¹⁰ adversários e concorrentes de bocas de fumo e biqueiras, incluindo aliados dos policiais. Nesse contexto, as rivalidades entre traficantes e ladrões da Rua e da Grota eram mais importantes que qualquer simbologia de afeição a facções como o CV e o PCC.

Nesse movimento, várias biqueiras das áreas mais pobres “enriqueceram”. Seus “donos” adquiriram maior gradiente de poder para que, no caso do bairro de Kevinho, exercessem uma maior força constrangedora sobre ladrões e traficantes em relação ao “jogo da cabuetagem”, desmobilizando relativamente o papel de policiais na aquisição de informações e lucros advindas das negociações com pequenos e médios traficantes e ladrões. As alianças faccionais tiveram algum sucesso em isolar policiais do bairro que exerciam o controle de informações, ou prendiam, soltavam e assassinavam jovens da área, diminuindo as práticas de “cabuetagem”.

A perda de poder dos policiais de baixa patente nessa figuração foi tão visível que alguns dos policiais, moradores do bairro há 30 anos, estavam se mudando do território, procurando residências em locais distantes, com receios de “atentados”. O estabelecimento

10 Matar, assassinar

de acordos e alianças de ladrões e traficantes da área com policiais agora estavam mais passíveis de sofrerem punições, “asseguradas” por traficantes com fortes alianças faccionais. Quando executados por ordens de lideranças, as punições letais costumam ser realizadas com arma de fogo, e, em alguns casos decapitações. Se perpetradas por “garotões afoitos” – que corriam com facção – poderiam ocorrer também por pedradas, facadas, algumas dessas maneiras de matar muito semelhantes a relatos de violências associados a conflitos no mundo rural, canavieiro (Freitas, 2003). Trata-se de um extenso repertório de ações cruéis que tem uma linha de desenvolvimento próprio, ainda a serem melhor escrutinadas quanto às suas transformações e reproduções.

Conclusão

Através da reconstrução de trajetórias, destaquei a mudança na regulação de práticas criminais em uma quebrada de uma cidade multiplamente marginal – internacional, nacional e regionalmente. Argumentei que os percursos de Kevinho e Dodinha dizem respeito a um processo local que apenas pode ser analiticamente compreendido através de redes trans locais, com diferentes níveis de entrelaçamento social.

Um deles é o vínculo com facções nacionais, que expressa um nó de forças e um regime político e normativo. A chegada de facções como o PCC e o CV, argumento, precisam levar em conta outros nós que produzem os locais periféricos-urbanos de pequenas e médias cidades. No caso das quebradas de Maceió, outros nós são as fraternidades criminais de policiais, diferente da atuação da polícia como corporação, que têm importante papel na regulação e desregulação de mercados e governos no território.

A atuação dessas fraternidades expressa outras tradições normativas e políticas que moldam mercados e modos de sobrevivência nas margens internas. É importante ressaltar que a ideia de margem interna parece útil para sinalizar que os percursos de periferização são distintamente coproduzidos por instituições e agentes estatais e não-estatais. Muitas regiões do Brasil e do mundo, como Alagoas, marcadas por um grau elevado de centrifugação do poder político em torno de proprietários rurais e agroindustriais, tiveram as relações entre elites e subalternos com muito menos mediadores estatais que outros estados do país. Mesmo se consideramos estados do Nordeste, Alagoas teve pouca participação de instituições como polícias com academias de treinamento próprias, escolas públicas, previdência e assistência social estatal. Tais instituições, assim, estiveram pouco presentes no cotidiano de boa parte da população alagoana durante o século XX. Esta travou lutas cotidianas por conforto, sobrevivência e direitos com e contra patrões, jagunços, além de policiais como parte da capangagem de um líder político. O mundo assistencial e o lazer cultural eram feitos de ajudas caritativas, principalmente da igreja, católica. Ademais, as políticas econômicas populares eram reguladas por patrões ou seus aliados na prefeitura, sob o regime do coronelismo, que buscavam assegurar seus poderes mediante uma “cabroagem”, ou seja, capangas que podiam ser da família ou policiais militares ou civis.

Em suma, falo de processos de urbanização, “formalização democrática” e constitucional que se deram sobre gradientes muito baixos de estatização da vida cotidiana. Portanto, não faz sentido, nesta sociedade, falar em diminuição do poder de estado ou da vida democrática em relação aos tempos atuais. Os conflitos em torno de mercados ilegais, dependentes de polícias, agentes penitenciários, e outros atores e atrizes da lei são, nesse sentido, recentes. Isto porque esta forma de conflito é possível apenas com um determinado grau de presença de atores estatais na vida dos pobres, moldando a atuação de governos com regimes híbridos, estatais e não-estatais, sobre seus cotidianos.

Assim, trata-se de recuperar o horizonte de que experiências de criminalização, produtoras de margens urbanas e regionais no Brasil, se deram de maneiras interdependentes à formação de grupos armados particulares e forças de segurança estatais em complexos políticos, culturais e econômicos diferentes. Tais instituições não-estatais, a favor da democracia formal sob o regime do coronelismo, mas contra os controles externos federais de eleições, foram importantes na integração de grupos pobres rurais e urbanos. Elas estão na base da formação de governos e mercados presentes nas atuais periferias urbanas nas margens internas, sob bases autoritárias e hierárquicas, ainda que seguindo as regras da democracia formal presentes no sistema eleitoral.

Na história do conflito abordada neste artigo, a importância do crime como facção destaca a importância de levar em conta dois pontos. De um lado, práticas justificadas por uma sociodicéia criminal de horizontalidade proposta por facções nacionais, constantemente confrontada por instabilidades geradas pela multiplicidade de atores criminais e da atuação de policiais de baixa patente em mercados e políticas locais. De outro, a polícia, não como corporação regulada por lei e controles externos, mas por fraternidades centrífugas que gravitam em torno de lideranças políticas lastreadas em eleições municipais e estaduais. Sob este regime político – coronelato – homens e mulheres atuam em torno de compromissos de honra e de proteções policiais como terratenentes criminais que rivalizam com aliados faccionais.

Isso evita que tomemos como um pré-conceito a ideia das facções – e as maneiras como elas têm se espalhado por diferentes regiões do Brasil – como um fenômeno unilateral de “modernização criminal”. As histórias prévias e múltiplas de instituições estatais subnacionais e grupos armados associados a empreendimentos mercantis são tão importantes nas dinâmicas de produção da periferização urbana autoritária nas margens regionais do Brasil quanto a federalização de instituições estatais como presídios e forças policiais federais. É levando em conta a trama dessas múltiplas escalas, mas vistas das perspectivas cotidianas de moradores das periferias urbanas de cidades multiplamente marginais que compreendemos a lógica da reprodução da violência letal. Policiais e “o crime” produzem mercados ilegais e redes de proteção criminal além de reputação social local, entrelaçadamente.

Referências

- AMARANTE, Natalia Firmino; MELO, Juliana Gonçalves de. “O errado será cobrado”: ciclos de vingança e disputas entre coletivos criminosos em Natal/RN após o Massacre de Alcaçuz. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v. 7, n. 2, 2020, pp. 69-87.
- ALVAREZ, Marcos Cézar; SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes. Das Comissões de Solidariedade Ao Primeiro Comando Da Capital Em São Paulo, *Tempo Social*, v. 25, n. 1, 2013, pp. 61-82.
- ARIAS, Enrique Desmond; RODRIGUES, Corinne Davis. The Myth of Personal Security: Criminal Gangs, Dispute Resolution, and Identity in Rio de Janeiro’s Favelas. *Latin American Politics and Society*, v. 48, n. 4, 2016, pp. 53-81.
- BARÓN, Javier Guerrero. “Mercados de violencia” y guerra civil en América Latina en los 90. *Apuntes del cenes* v. 22, n. 34, 2002, pp. 263-295.
- BIDERMAN, Ciro; MELLO, João M. P. De; LIMA, Renato Sérgio De; SCHNEIDER, Alexandre. Pax Monopolista and Crime: The Case of the Emergence of the Primeiro

- Comando da Capital in São Paulo. *Journal of Quantitative Criminology*, v. 35, n. 3, 2019, p. 573–605.
- BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo, Terceiro nome, 2010.
- BIRMAN, Patrícia, Adriana Fernandes, and Camila Pierobon. Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares. *Mana*, v. 20, no. 3, p. 431–60, 2014.
- CANDOTTI, Fábio Magalhães; CUNHA, Flávia Melo Da; SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima. A grande narrativa do Norte: considerações na fronteira entre crime e Estado. In: MALLART, Fábio; GODOI, Rafael (org.). *BR 111: as rotas das prisões brasileiras*, São Paulo, Veneta, 2017, p. 35–47.
- CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. *No sapatinho. A evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)*. Rio de Janeiro, Henrich Boll Stiftung, 2012
- DAUDELIN, Jean; RATTON, José Luiz. *Illegal markets, violence, and inequality: evidence from a Brazilian metropolis*. Cham, Switzerland, Palgrave Mcmillan, 2018.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*, São Paulo, tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2011.
- DRYBREAD, Kristen. Murder and the Making of Man-Subjects in a Brazilian Juvenile Prison, *American Anthropologist*, v. 116, n. 4, 2014, p. 752–764.
- FELTRAN, Gabriel. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992 – 2011), *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v.6, n.2, 2012, p.232–255.
- FELTRAN, Gabriel. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo, *Caderno CRH*, v. 27, n. 72, 2014, p. 492–512.
- FELTRAN, Gabriel. Das prisões às periferias: coexistência de regimes normativos na “Era PCC”. *Revista Brasileira de Execução Penal*, v. 1, n. 2, 2020, p. 45-71.
- FELTRAN, Gabriel; FROMM, Deborah. Ladrões e caçadores: sobre um carro roubado em São Paulo, *Antropolítica*, n. 50, 2020.
- FELTRAN, Gabriel (Ed.). *Stolen cars: a journey through São Paulo's urban conflict*. John Wiley & Sons, 2022.
- GALDEANO, Ana Paula; ALMEIDA, Ronaldo. *Tráfico de drogas entre as piores formas de trabalho infantil: mercados, famílias e rede de proteção social*, São Paulo, CEBRAP, 2018.
- HIRATA, Daniel Veloso, and GRILLO Carolina Christoph. Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. *Tempo social*, v. 29, n. 2, 2017, p. 75-98.
- KAUFMANN, Jean Claude. *A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo*. Petrópolis/Maceió, Vozes/Edufal, 2013.
- LAHIRE, Bernard. A Fabricação Social Dos Indivíduos: Quadros, Modalidades, Tempos E Efeitos De Socialização. *Educação e Pesquisa* V. 41, no. spe, 2015, p. 1393–1404.

- LESSING, Benjamin. Conceptualizing Criminal Governance. *Perspectives on Politics* v.19 n.3, 2021, p. 854–73.
- LESSING, Benjamin. Persistent Duopolies of Violence: How the State Gets Drug Gangs to Govern for It. *SSRN working paper*, June 19. Paper presented at the American Political Science Association Annual Meeting, Philadelphia, August 7, 2024, 2025.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012
- LYRA, Diogo. *A república dos meninos*, Rio de Janeiro, Mauad X; FAPERJ, 2013.
- MAGALONI, Beatriz, FRANCO-VIVANCO, Edgar, and MELO, Vanessa. Killing in the Slums: Social Order, Criminal Governance, and Police Violence in Rio de Janeiro. *American Political Science Review*, v. 114 n. 2, 2020, p. 552–72.
- MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*, São Paulo: Todavia, 2018.
- MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*, dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2010.
- MELO, Juliana; PAIVA, Luiz Fábio S. Violências em territórios faccionados do Nordeste do Brasil: notas sobre as situações do Rio Grande do Norte e do Ceará, *Revista USP*, v. 1, n. 129, 2021, p. 47–62.
- MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, 2007, p. 139–157.
- MISSE, Michel. Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos, *Anuário Antropológico*, v. 2, 2009, p. 89–107.
- MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; DIAS, Camila Nunes. Domínios armados e seus governos criminais-uma abordagem não fantasmagórica do “crime organizado”. *Estudos avançados*, v. 36, 2022, p. 131-152.
- NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo; SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima. Dinâmicas “faccionais” e políticas estatais entre o dentro e o fora das prisões do Ceará. *Revista Tomo*, n. 40, 2022, p. 123-123.
- OLIVEIRA, Ari Consciência de; RODRIGUES, Fernando de Jesus. As raízes periféricas do reggae em Alagoas in: RODRIGUES, Fernando de Jesus; BITTENCOURT, João Batista Menezes. *Juventudes, estéticas e periferias*. Maceió: Edufal, 2025, p. 21-68.
- PAIVA, Luiz Fábio Silva. "Aqui não tem gangue, tem facção": as transformações sociais do crime em Fortaleza, *Caderno CRH*, v. 32, n. 85, 2019, p. 165–184.
- RODRIGUES, Fernando de Jesus. Tradições de agressividade, disciplina e sistema de internação de jovens em Alagoas (1980-2015), *Interseções*, v. 19, n. 02, 2017a, p. 483–513.
- RODRIGUES, Fernando de Jesus. Mercados musicais-dançantes e periferias: trajetórias individuais e de circuitos de diversão em Salvador e Maceió, *Ciências Sociais Unisinos*, v. 53, n. 1. 2017b, p. 86-99.

RODRIGUES, Fernando de Jesus. Mercados ilícitos, ambivalências e agressividade: condições estatais e mercantis de um circuito de bailes de reggae em periferias de Maceió, AL, *Contemporânea - revista de sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 1, 2019, p. 199–227.

RODRIGUES, Fernando de Jesus. “Corro com o PCC”, “Corro com o CV”, “Sou do crime”: facções, sistema socioeducativo e os governos do ilícito em Alagoas, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 103, 2020^a, p. 1–21.

RODRIGUES, Fernando de Jesus. “Necessidade” de “polícia” e a “paz” das “facções”: desejos de “ordem” e efeitos de “desordem” nas periferias de Maceió, AL. In: JOÃO BATISTA DE MENEZES BITTENCOURT (org.). *Juventudes contemporâneas: desafios e expectativas em transformação*, Rio de Janeiro, Telha, 2020b, p. 126–142.

RODRIGUES, Fernando de Jesus; AMORIM, Adson. “Mobilidades marginais na ‘Era das Facções’”: entre trabalho, família e crime”, *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, v. 55, n. MAI/JUN/JUL/AGO, 2022.

RODRIGUES, Fernando de Jesus; ANDRADE, Paulo; FARIAS, Nido. Mobilidades clandestinas: pessoas e motos, coronelatos e facções. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 18, n. 01, p. e63776, 2025.

RODRIGUES, Fernando de Jesus; FELTRAN, Gabriel; ZAMBON, Gregório. Apresentação: expansão das facções, mutação dos mercados ilegais. *Novos estudos CEBRAP*, v. 42, n. 1, 2023, p. 11-18.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2004.

DA SILVA, Luiz Antonio Machado. “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, v. 23, n. 59, 2010, p. 283-300.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, 2007, p. 173–191.

TSING, Anna Lowenhaupt. *Friction: An ethnography of global connection*, New Jersey, Princeton University Press, 2005.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz?. *São Paulo em perspectiva*, v. 21, n. 2, p. 89-102, 2007